



PLURALIDADE DE IDENTIDADES NA CONSTITUIÇÃO DA SOCIABILIDADE DOS ASSENTAMENTOS RURAIS: OS AGENTES RELIGIOSOS EM QUESTÃO

Fabio Alves Ferreira¹

RESUMO

O objetivo deste texto é apontar o caráter essencialmente político da sociabilidade dos assentamentos de reforma agrária. Desde uma perspectiva pós-estruturalista afirmamos que o político é ontológico à construção do social e, portanto os dissensos e equivalências estabelecidos é um processo inevitável do relacionamento/confronto entre as identidades. Partimos do pressuposto que as identidades são relacionais e sujeitas a modificações quando articuladas em um determinado discurso. Pensar os assentamentos como espaços heterogêneos implica no reconhecimento de demandas diversas e a possibilidade de construção do lugar onde as identidades são visibilizadas. Também consiste em nosso objetivo analisar o comportamento dos agentes religiosos, principalmente pentecostais, envolvidos na *luta pela terra* e na *disputa interna* pela hegemonia do estabelecimento da sociabilidade dos assentamentos.

Palavras chaves: hegemonia; assentamento; articulação; sociabilidade.

Abstract: The purpose of this paper is to point out the essentially political nature of the sociability in agrarian reform settlements. From a poststructuralist perspective assert that the political is the ontological construction of the social and thus established the equivalence and dissent is an inevitable process of the relationship between the identities. We think that identities are relational and subject to change as articulated in a specific discourse. Think of the settlements as heterogeneous spaces implies the recognition of diverse demands and the possibility of building the place where identities are visualized. Also our goal is to analyze the behavior of religious actors, especially Pentecostals, involved in the struggle for land and internal dispute for the hegemony of the establishment of settlements of sociability.

Key words: hegemony; settlement; joint; sociability.

Neste trabalho lançamos nosso olhar para as forças políticas que ocorrem na determinação da sociabilidade entre moradores de assentamentos de reforma agrária. Partimos das observações no Assentamento Herbert de Souza (AHS), localizado em Moreno, na região metropolitana de Pernambuco. O nosso objetivo é o de analisar as disputas pela hegemonia na determinação de um tipo de sociabilidade que deve vigorar em assentamentos. A nossa hipótese é que há uma pluralidade de identidades presentes nos espaços de assentamentos e,

¹ Mestre pelo Programa de Pós-Graduação em Ciências da Religião da Universidade Metodista de São Paulo e doutorando pelo Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal de Pernambuco. e-mail: fabio_al@yahoo.com.br.

portanto, as formas de interação variam de maneira que extrapolam o modelo preconizado pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST).

Para observar a questão da luta política interna no assentamento, tomamos como base os pressupostos pós-estruturalistas que sustentam a linguagem como estruturadora da realidade. Portanto, a realidade se compõe discursivamente; a identidade é definida pelo jogo de diferenças; e o sentido social é resultado de uma disputa entre os diversos discursos que emergem num contexto, conforme as demandas que interpelam os sujeitos.

A lógica deste texto obedecerá ao seguinte esquema; (i) primeiro faremos algumas ponderações sobre assentamentos de reforma agrária, sobretudo, aqueles que foram protagonizados pelo MST: organização interna e propostas de construção; (ii) num momento seguinte será exposto alguns conceitos da teoria do discurso, aporte teórico desenvolvido por Ernesto Laclau e a Escola de Essex na Inglaterra; (iii) como os agentes religiosos se colocam no AHS, caso, por nós, estudado.

A questão agrária no Brasil, de longe, perdura com a legitimação do latifúndio, o privilégio para o agronegócio e o conseqüente des/favorecimento da agricultura familiar de subsistência (MARTINS, 2004). Isto pode ser visto como elemento que explica, se não em sua inteireza, ao menos em parte, a organização dos trabalhadores rurais em movimentos pela reforma agrária no Brasil. O relatório da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito (CPMI) da terra, realizado em 2005, aponta alguns dados relevantes.

A principal conclusão a que chegamos com a CPMI da terra é de muito conhecida dos que lutam pela reforma agrária; a concentração fundiária está na raiz da violência no campo. Dados oficiais revelam que 1,6% dos proprietários com imóveis acima de mil hectares detêm 46,8% do total da área cadastrada pelo INCRA no país. Por outro lado, mais de três milhões de famílias de trabalhadores rurais não dispõem de terra para viver e trabalhar. (COMPARATO, 2005, p. 25).

A violência é outra marca da estrutura fundiária brasileira, estimulada pela impunidade dos assassinos. Dados da CPT revelam que, nas duas últimas décadas, 1349 pessoas foram assassinadas em decorrência da luta por terra, em 1003 ocorrências registradas. Apenas 75 dessas ocorrências resultaram em julgamentos; 64 executores foram condenados e 44 absolvidos. No caso dos mandantes apenas 15 foram condenados. (*Id. Ibid.* p. 25/26)

Outro dado bastante perceptível no relatório devido à sua numeração exorbitante, é o fato de que as entidades ligadas aos ruralistas e de defesa de seus interesses, apontam que de 1995 a 2005, receberam dos cofres públicos 1,052 bilhões de reais, por meio de convênios ou mediante contribuição compulsória. Paralelo a este fenômeno diferenciado de atenção por parte do governo a esta classe social, aos trabalhadores foram dirigidas 41,7 milhões de reais à Associação Nacional de Cooperação Agrícola (ANCA) e à Confederação Nacional das

Cooperativas do Brasil (Concrab) e também ao Instituto Técnico de Capacitação e Pesquisas da Reforma Agrária (Itterra). A primeira recebeu 25 vezes mais que as segundas, que são entidades ligadas diretamente aos interesses dos trabalhadores rurais (COMPARATO, *Op. Cit.* p. 26).

Um outro fenômeno que contribui para manter a situação desigual no meio rural é o definido como grilagem. Em suma, a grilagem consiste na apropriação de terras por meio de títulos falsos da dívida pública. O que caracteriza a grilagem são os seguintes fins: “*revenda das terras em grande escala; obtenção de financiamento bancários; exploração de madeira; pagamento de dívidas previdenciárias e fiscais; obtenção de indenização desapropriatória.*” (COMPARATO, 2005, p. 45)

Outro fato constatado pela CPMI da terra é a prática corriqueira adotada por grileiros, principalmente no Sul do País, na qual contratam pistoleiros para matar ou intimidar moradores da terra escolhida para prática da grilagem. Desassistidos por uma política de proteção ao cidadão do campo, os posseiros, seringueiros, indígenas e tantos outros moradores são obrigados a sair das terras. Expulsos de seu lar migram quase em sua inteireza para militância de outros movimentos sociais, ou para as zonas urbanas, alargando os índices de desemprego.

Para Martins (2004) há dois temas que estão sempre pendentes na história do Brasil e, em torno deles formatam-se os estudos acadêmicos: é a questão do trabalho escravo, que embora tenha sido extinto em 1888, ainda hoje vigora condições escravistas de trabalho; e a questão agrária, a ausência de posse da terra, a falta de autonomia do trabalhador rural brasileiro e sua maior fonte de subsistência, que é a terra. Contundente em sua crítica à atual forma de organização social e econômica do Estado brasileiro, Martins defende a classe pobre e defende a sua identidade, constituinte da pátria brasileira, sendo assim imprescindível o seu direito de acesso à terra, para que possa colher o fruto sazonal da fartura, para que possa fecundar a terra e assim fecundar a continuidade de sua própria vida, com o direito de sonhar e migrar da condição de mendigo, desabrigado, sem terra, sem teto, para um situação de oportunidade e esperança. Os assentamentos de reforma agrária colocam-se nesta perspectiva: o lugar de trabalho é também o lugar de vida (WANDERLEY, 2008).

A ausência da modernização no campo e nas políticas econômicas gerou uma inacessibilidade a terra. É fato que o capitalismo globalizado trouxe benefícios à elite, porém o mesmo progresso não houve implicações benéficas na grande maioria trabalhadora que atualmente passa por situações perversas de sobrevivência.

A ausência da modernização no campo e nas políticas econômicas, gerou uma inacessibilidade à terra. Para Martins, o capitalismo globalizado trouxe benefícios à elite, porém o mesmo progresso não houve implicações benéficas na grande maioria trabalhadora que atualmente passa por situações perversas de sobrevivência. (MARTINS, 2004, p.16).

Martins ainda salienta, que diante de condições sociais que se revelam opressoras, os pobres do campo em atitudes auto-defensivas, optaram por um radicalismo contestador das estruturas dominantes. Dois fundamentais protagonistas de movimentos políticos são: o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e, sua aliada, Comissão Pastoral da Terra (CPT).

Martins enfaticamente afirma que o MST e a CPT foram as principais organizações responsáveis pela inclusão da questão agrária na agenda política do Estado brasileiro como um problema social de urgência. A reforma agrária, em sua perspectiva, não deve estar restrita à reivindicação dos movimentos populares. Este processo mescla interesses dos trabalhadores rurais, da sociedade, do capital e do Estado. Martins estabelece uma crítica muito interessante ao papel destas organizações. Afirma que ambas conseguiram um grande passo em prol da reforma agrária, ao incluir como tema oficial do governo a questão da reforma agrária; ao passo que negam este avanço, quando não constatarem que isso passa por uma questão explicitamente política, pois supõe acordo quanto a viabilidade da mesma, à extensão, à forma e à qualidade da reforma, pois esta questão é algo complexo e produto de uma sociedade politicamente burocrática. Diferente por exemplo do tipo de sociedade que o MST e a CPT toma como exemplo: Cuba, Nicarágua, El Salvador, Guatemala, sociedades nas quais houve maior facilidade de viabilizar a reforma agrária de forma fundamentalista.

Movimentos como o MST surgiram a partir dessa situação desigual, para qual o Estado não mais responde eficazmente. Até porque no atual sistema econômico hegemônico no mundo, muitas decisões políticas, que interpelam diretamente os sujeitos em seus espaços locais e no cotidiano, são tomadas em âmbito internacional (BRINGEL, 2008; CHATTERJEE, 2004). Além disto, os movimentos sociais são a expressão, muito singular, de identidades da sociedade civil que dimensionam o processo democrático, na proposta de negociação com o Estado. Em outros termos, tais movimentos populares assumem a importância de agente construtor da ampliação da democracia (BURITY, 1999; DAGNINO, 2006).

Nesse contexto o MST surge com o discurso de mudança da sociedade brasileira, por meio de uma reforma agrária massiva. Seguida de uma proposta em que os assentamentos sejam organizados em cooperativas, dirigidas pelos próprios assentados; que a produção seja

coletiva; e que haja incisiva mudança nas políticas públicas e sociais, pois conforme pontuam há uma carência urgente de uma educação que considere os conhecimentos locais, que dê treinamento técnico e subsidiem as famílias camponesas (COLETTI, 2005).

O MST agrega um conjunto de símbolos e cânticos que corporificam as suas intenções. Tais símbolos são intercambiados com personagens da história; com a morte de militantes atuais e cânticos que relatam o cotidiano sofrido e expressam o desejo de mudança. Há, portanto, a formação de uma identidade coletiva que toca nas emoções dos camponeses misturando demanda material com demanda simbólica. Para Luiz Roberto Prado isso se chama mística.

A mística é, pois, o motor secreto de todo compromisso, aquele entusiasmo que anima permanentemente o militante, aquele fogo interior que alenta as pessoas na monotonia das tarefas cotidianas e, por fim, permite manter a soberania e a serenidade nos equívocos e nos fracassos. É a mística que nos faz antes aceitar uma derrota com honra que buscar uma vitória com vergonha, porque fruto da traição aos valores éticos e resultado das manipulações e mentiras. (PRADO, 2002, p. 101).

O Assentamento “Herbert de Souza” foi reconhecido pelo Instituto de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) em 4 de setembro de 1997. A ocupação do antigo Engenho Pinto, uma fazenda com 1.523 hectares, aconteceu no dia 10 de fevereiro de 1997. Dessa maneira, entre a ocupação e a emissão de posse aos trabalhadores sem terra, houve um intervalo de quase sete meses.

Os agricultores do assentamento Herbert de Souza foram, em parte, camponeses que já residiam nestas terras. Eles trabalhavam para o dono do Engenho e tinham a permissão de morar em decorrência deste vínculo empregatício. Outro grupo de pessoas residia em Bonança, distrito de Moreno, e em Vitória de Santo Antão. Muitos destes novos trabalhadores rurais ficaram sabendo da ocupação da terra por meio de parentes que residiam nos locais ocupados e, também por vizinhos que se juntaram ao projeto de ocupação realizado pelo MST.

Os ocupantes de terra procuraram o vínculo com o MST porque viviam precariamente nas cidades. Muitos deles relataram o grande problema de desemprego, ou mesmo um emprego do qual não logravam recursos suficientes para suas necessidades. Subjacente a todos os motivos que empurraram os camponeses ao Assentamento Herbert de Souza está a esperança de plantar e colher sua própria comida. Para eles, isso seria o símbolo máximo da autonomia. Muitos deles relatam que passaram fome antes da ocupação dos engenhos e, portanto o assentamento seria o lugar da ausência de situações limites vivenciadas na cidade. Neste caso, o vínculo com o MST, naquele momento, surge como uma articulação que

permite vislumbrar um grande campo de possibilidades para suas vidas. Além da promessa da terra, tinham posteriormente, a reivindicação de uma escola, um posto de saúde – pelo qual lutam até hoje – e insumos fornecidos pelo governo federal para que pudessem empreender suas ações de produção cooperativa.

O discurso do movimento de ocupação, no caso o MST, naquele momento passou a representar todos os sonhos dos demais camponeses. Como diz Henri Desroche, um sonho social em vigília os empurrava em direção à luta pela terra e o MST tornou-se esse lugar de encontro. Por isso, eles conseguiram resistir sete meses vivendo na *lona*². Estar sob a *lona* implica muitas dificuldades: além de passar frio durante a noite e muito calor durante o dia, tem o infortúnio de serem afetados por lama, no período de chuva. Esse foi o caso daqueles militantes, já que os confrontos com a polícia civil aconteceram em momentos de chuva no período da noite. Muitos temiam e corriam, mas outros resistiam por meio de estratégias como: cavar buracos na estrada para impedir a viatura policial de seguir caminho até o local onde estavam acampados. Para Nazareth Wanderley (2003) o acampamento é um período difícil para os militantes. É um momento que representa tanto a vivacidade do conflito, quanto a reconstrução de sentido, dados por relações de solidariedade que são estabelecidas.

Para Américo Dinizz (2007) os assentados são provenientes de uma condição de vida marginal, afirmados por uma insígnia de preconceito, descaso, fome e exploração. Aqueles que se incorporam no movimento vão como última alternativa para solucionar o seu problema e conseguem com convicção de que a ocupação forçada é o meio de reconstrução de sua história. Elas depositam suas esperanças na posse da terra, como veículo de afirmação de sua independência e autonomia, tão desejadas e negadas no decorrer de suas vidas (*Op. Cit.*). Para estas pessoas as condições econômicas e sociais serão transformadas a partir da posse da terra.

A dificuldade em se manter na terra fez com que algumas pessoas migrassem para a cidade. Uma vez que com o resultado da venda da benfeitoria contida na parcela compraram uma casa ou um pequeno comércio na cidade para qual se mudaram. A trajetória desses assentados também pode ser entendida pela ausência de um planejamento e um esvaziamento cíclico da assistência técnica. Esse problema foi também percebido e pontuado por Vera Lúcia Ferrante e Luiz Barone (2003) para quem a *desorganização de um cronograma racional de investimentos* dos agentes federais prejudica o desenvolvimento econômico dos produtores assentados. Nos Assentamentos Herbert de Souza além da ausência de técnicos do INCRA, o MST também diminuiu sua atuação com o passar do tempo.

² Esse nome é dado, pelos assentados, ao período de acampamento no qual permanecem morando numa lona. Em decorrência do impasse sobre a desapropriação da terra, eles não constroem casas.

Há uma variada diversidade de militantes. Uma bicrolagem devida à origem cultural, religiosa e distanciamento parental ocorre no ato de reivindicação, entre os militantes. Contudo, uma vez que a terra é conquistada, num momento em que o conflito não é mais intenso as pessoas tendem ao distanciamento e outros tipos de agregação e sociabilidade. Estamos nos referindo especificamente à tendência de agregação entre os religiosos.

Uma vez que isso acontece, já se distanciaram de sua identidade inicial de *sem-terra*. Percebem-se na ótica do *com-terra*. O MST deixa de representar o horizonte de suas realizações e, ocorre um deslocamento discursivo, em decorrência de outras demandas apresentarem-se mais urgentes. Aqui colocamos a necessidade de argumentar sobre o que nomeamos como demanda.

Para Ernesto Laclau, o social é, em sua natureza, uma heterogeneidade de identidades. Quando uma identidade é interpelada por algo que a arrebatou e não lhe permite respostas dentro de sua totalidade discursiva, ela sofre um deslocamento, na busca de um novo projeto, por meio do qual, possa se sentir completa. A insuficiência de manter-se imune frente a uma contestação impõe a, também, necessidade de novas articulações. Um conjunto de demandas identificadas forma uma lógica de equivalência (BARRET, 1996; LACLAU, 2005). A heterogeneidade perdura, entretanto, ela é enfraquecida em torno desse novo projeto. Aqui vislumbramos o caso do pentecostalismo no Brasil: formado dentro de uma cultura de oposição ao discurso católico e às religiões de origem africana, os pentecostais mantêm um discurso fundamentalista e repressor. Entretanto, no caso do assentamento estudado, muitos pentecostais foram confrontados por situações estruturais de natureza social e outras particularidades frente às quais o seu discurso de ação religiosa como salvação para a sociedade não conseguiu se manter intacto. Essa nova situação descortinou demandas que os identificaram com um projeto político de um movimento cujo discurso alimenta uma associação de indivíduos diversos: católicos; camponeses; moradores de rua; pessoas a favor da liberdade de gênero; pessoas com discursos de revolução armada; com discursos comunistas, para quem a religião é alienação. Os pentecostais não deixaram de existir em sua ética particular que os tornam distintos de todas as outras identidades. Entretanto, essa diferença foi sublimada temporariamente. E assim, o discurso *separatista* dos pentecostais tornou-se flexível a ponto de colocá-los numa mesma linha de frente com outros sujeitos, outrora condenados por eles. A lógica da equivalência significa a instituição de um sujeito político, coletivo por meio da articulação de uma série de demandas heterogêneas e a



demanda é o elemento contingente, não previsto, que desafia o ator e o conduz a novas articulações (LACLAU, 2005).

No caso do Assentamento Herbert de Souza, os pentecostais deixam de participar das atividades festivas do MST e passam a promover suas próprias atividades. Como por exemplo, comemoração de jovens, aniversário da igreja, comemoração evangelística, dentre outras. Em cada uma dessas atividades, ocorre a convergência de outros crentes, das cidades vizinhas para o assentamento. Há um verdadeiro intercâmbio de pessoas naquele lugar, ônibus para conduzir as pessoas, luzes para clarear a igreja, cânticos, etc. Tudo isso coloca uma movimentação no assentamento que se impõe ao próprio modo do MST operacionalizar a cultura popular dos assentados.

O MST propõe uma sociabilidade em que todos sejam organizados em torno da cultura e conhecimentos próprios dos camponeses. Entretanto, os pentecostais se recusam a participar, com a alegação de que há brigas e o excesso no consumo de bebidas alcoólicas de outros assentados. Em contrapartida, eles organizam suas festividades em datas iguais às do MST, da cooperativa e de outras identidades presentes no assentamento. Isso revela o interesse por hegemonia e a medição de forças. O que caracteriza o efeito político e intencional de tais posturas. Com isso, concluímos que os agentes religiosos no Assentamento Herbert de Souza, principalmente os pentecostais tendem ao distanciamento das lutas coletivas, uma vez que suas demandas de acesso à terra foram resolvidas. No momento seguinte voltam a ter um interesse colonizador, catequético sobre o espaço em que estão instalados.

REFERÊNCIAS

BARRET, Michèle. Ideologia, política e hegemonia: de Gramsci a Laclau e Mouffe. In: ZIZEK, Slavoj (org). Um mapa da ideologia. Rio de Janeiro: Contraponto, 1996, p. 235-264.

BRINGEL, Breno; ECHART, Enara. Movimentos Sociais e Democracia: os dois lados das “fronteiras”. Caderno CRH, Salvador, v. 21, n. 54, p. 457-475, set./dez. 2008.

BURITY, Joanildo A. Identidade e cidadania: a cultura cívica no contexto de uma nova relação entre Sociedade Civil, Indivíduos e Estado. Recife: Fundaj, v. 15, n. 2, p. 223-253, 1999.

CHATTERJEE, Partha. Colonialismo, modernidade e política. Salvador: 2004.



COLETTI, Claudinei. A trajetória política do MST: da crise da ditadura ao período neoliberal. (tese do programa de Pos-Graduação em Ciências Sociais). Campinas: Unicamp, 2005.

DAGNINO, E. Sociedad civil, participación y ciudadanía: de qué estamos hablando?. In: Ernesto Isunza; Alberto J. Olvera. (Org.). Democratización, rendición de cuentas y sociedad civil: participación ciudadana y control social. Cidade do México: Miguel Ángel Porrúa/CIESAS, 2006, p. 95-110.

DINIZZ JR, José Américo. Religião e MST: estudo dos batistas da Congregação Monte Sião no assentamento 'Antônio conselheiro II' na região do Pontal do Paranapanema. (dissertação de mestrado em Ciências da Religião). São Bernardo do Campo: UMEESP, 2007.

LACLAU, Ernesto. La razón populista. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica de Argentina S.A, 2005.

PRADO, Luiz Roberto Lemos do. A Mística no MST: a experiência do Movimento Nacional dos Trabalhadores Rurais Sem Terra na luta pela reforma agrária no Brasil. São Paulo: Faculdade de Teologia Nossa Senhora da Assunção, 2002.

MARTINS, José de Souza. Reforma Agrária: o impossível diálogo. São Paulo: USP/EDUSP, 2004.

MELO, João Alfredo Telles (org). Reforma Agrária quando? CPI mostra as causas da luta pela terra no Brasil. Brasília: Senado Federal, 2006.

WANDERLEY, Maria Nazareth Baudel. Morar e trabalhar: o ideal camponês dos assentados de Pitanga (estudo de caso no Nordeste). p. 203 – 246. In: MARTINS, José de Souza (org.). Travessias: a vivência da reforma agrária nos assentamentos. Porto Alegre: UFRGS Editora, 2003.

